

News Paper®

Informativo
Setorial ANDIPA



Nesta edição

Recopi controla papel imune vindo de outros estados

Andipa tem novo executivo e nova sede

Nota fiscal eletrônica, caminho seguro da legalidade

NF-e chega ao gráfico e engloba toda a cadeia do papel

Importação de papel cresceu 49%

Importação supera em até 67% volume de 2009

Futuro promete mais tecnologia e menos papel

O tradicional balanço anual de nossas atividades e a avaliação das perspectivas do porvir nos fazem refletir sobre o futuro do setor de distribuição no Brasil. E, diante do cenário mundial atual, nosso futuro passa pelo destino do livro, que sai do papel e passa para a tela, conquistando leitores no mundo todo.

Nos Estados Unidos, em 2010, as vendas de livros digitais cresceram 193% e já representam 10% de toda a venda de livros, de acordo com pesquisa divulgada pela Association of American Publishers, como publicado em vários veículos de comunicação. Também recentemente, o Google, gigante da tecnologia da informação, firmou acordo com a maior editora da França para digitalizar e vender cerca de 50 mil títulos que estão esgotados.

No Brasil, um levantamento de maio deste ano da empresa de pesquisa de mercado GfK apurou que 67% dos brasileiros ainda desconhecem o livro em formato digital. A pesquisa mostrou ainda que 56% dos que conhecem o chamado e-book pretendem comprar um aparelho se o preço for acessível. Considerando a velocidade de disseminação de novas tecnologias, certamente em 2011 o mercado brasileiro já sentirá o impacto do livro eletrônico.

É claro que o segmento dos livros corresponde a uma fatia do mercado de papel. No entanto, o advento irreversível do livro eletrônico vai reduzir a produção do livro impresso, reforçando a mudança de comportamento do leitor contemporâneo. Esta nova postura do consumidor deve produzir reflexos em outros segmentos dos serviços impressos.



Expediente

NewsPaper Informativo Setorial ANDIPA é uma publicação bimestral da ANDIPA - Associação Nacional dos Distribuidores de Papel. Direitos autorais reservados.

Contatos

Telefone: (11) 3044-2214
E-mail: andipa@andipa.org.br

Presidente

Vitor Paulo de Andrade

Diretoria

Antonio Manoel de Mattos Vieira Neto
José Luiz Figueira Júnior
Paulo Ribeiro da Cruz Moura

Presidente Executivo

Vicente Amato Sobrinho

Staff

Claudia Melo - Assistente Administrativo
Iolanda Moretti - Assistente Administrativo

Assessoria de Comunicação e Conteúdo Editorial
Keser Serviços de Comunicação

Jornalista Responsável

Rosangela Valente - Mtb 121/MS

Futuro promete mais tecnologia e menos papel

■ ■ ■ Os mais tradicionais talvez duvidem e lembrem do jornal, que teve seu fim anunciado com o surgimento da internet e tem conseguido sobreviver simultaneamente com as mídias eletrônicas. Isso é fato. No entanto, o consumo per capita de papel imprensa caiu 32% na última década. Conforme dados da Bracelpa, foram consumidos no Brasil 2,6 kg de papel jornal por habitante em 2009, enquanto no ano de 2000 foram 3,8 kg por habitante.

Também é fato que o consumo per capita de papel no Brasil é baixo e indica um alto potencial de crescimento, compatível com um país em desenvolvimento. O levantamento do World Resources Institute, mostra a série histórica mundial de 1990 a 2005, período em que o consumo de papel no Brasil saltou de 28,37 kg para 39,49 kg por habitante ao ano. O índice brasileiro ficou baixo da média mundial, que era de 45,48 kg per capita em 1990 e chegou a 54,48 kg, em 2005.

Considerando o patamar de consumo dos países ricos, o Brasil tem muito a crescer para chegar perto dos 334,31 kg por habitante ao ano de Luxemburgo ou os 324,97 kg de papel per capita da Finlândia. O consumo brasileiro é baixo mesmo quando comparado aos vizinhos latinos, ficando através de Chile (64,57 kg) e Argentina (55,46 kg).

Segundo a entidade internacional, o Brasil tem o consumo anual de papel por habitante equivalente ao da Arábia Saudita (41,80 kg) e Rússia (37,53 kg).

É inegável que o crescimento da economia e o desenvolvimento nacional puxam o consumo de papel para cima. Estudo da Bracelpa, divulgado no Relatório Estatístico de 2009, aponta que o consumo per capita chegou a 46,2 kg em 2008, voltando aos 44,2 kg no ano passado. É muito provável que este índice continue crescendo, mas este crescimento ficará muito aquém do conquistado pelas mídias eletrônicas, como o livro digital.

Por experiência, posso dizer que a leitura do livro em formato digital não vai seduzir apenas os mais jovens e as gerações futuras. Certamente é uma ferramenta atraente e prática que vai conquistar rapidamente os leitores. Assim, como incorporamos com rapidez as novas tecnologias, temos o desafio de inovar e nos preparar para um novo mercado de papel, no qual o padrão de consumo será redefinido nos próximos anos. Que possamos fazer de 2011 um ano promissor, de inovação e renovação.

Boas festas!

Recopi controla papel imune vindo de outros estados

As entradas de papel imune vindo de outros estados, adquiridas por empresas paulistas, também passam pelo controle do sistema de Reconhecimento e Controle de Operações com Papel Imune (Recopi). A informação, exclusiva para o NewsPaper, é do diretor adjunto do Departamento de Administração Tributária, da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo (Sefaz), João Marcos Winand. “Todas as operações realizadas por contribuintes paulistas com empresas situadas em outros estados também serão objeto de controle e monitoramento, na mesma intensidade das operações internas”, afirmou o diretor, fazendo um balanço bastante positivo dos primeiros quatro meses de vigência do sistema, implantado com o objetivo de coibir o desvio de finalidade do papel imune.

Com o Recopi, a Fazenda estadual pode monitorar toda a movimentação de papel imune em cada etapa da cadeia produtiva até sua utilização final. Hoje, aproximadamente 1.200 estabelecimentos estão cadastrados e utilizando o sistema Recopi. Destes, 743 declararam desenvolver atividade de usuário e 110 informaram atuar como distribuidor de papel imune.

Desde primeiro de agosto, o credenciamento no sistema Recopi é obrigatório para fabricantes, importadores, distribuidores, gráficas, convertedores, armazéns, depósitos, editoras e empresas jornalísticas, que obtêm o reconhecimento prévio da não incidência do ICMS em suas operações com papel imune. Para a Andipa, o sucesso do Recopi é seu caráter preventivo, assegurando que as operações rastreadas da cadeia não permitirão desvio de finalidade do papel.

Segundo João Winand, as análises das operações nos primeiros meses permitiram que fossem identificados, por exemplo, casos de empresas que realizaram operações em volumes incompatíveis com a capacidade operacional informada. “Os casos selecionados são encaminhados para análise fiscal. Se confirmadas as suspeitas, essas empresas poderão sofrer autuações pelas infrações cometidas, ter cancelados os seus

credenciamentos no sistema Recopi ou, em situações extremas de fraude, terão cassadas as suas inscrições estaduais junto ao Cadastro de Contribuintes do Estado de São Paulo”, explicou o diretor.

Já nos primeiros meses, o Recopi provocou reflexos na arrecadação de ICMS. João Winand confirmou que foi constatado incremento na arrecadação do conjunto de empresas credenciadas no Recopi. No entanto, a “Sefaz está analisando as informações para isolar os efeitos da implantação do sistema de outros, tais como alterações na legislação e o aquecimento das atividades no setor de papel e celulose”.

Ampliação

Para a Andipa, a melhor forma de coibir os desvios do papel imune e evitar a fuga de empresas para outros estados é a nacionalização do Recopi. O diretor adjunto do Departamento de Administração Tributária informou que a experiência de São Paulo pode ser replicada em outros estados. “De fato, a Secretaria da Fazenda de São Paulo possui interesse de que esta iniciativa seja disseminada para outros entes da Federação, que já vêm demonstrando interesse em conhecer o sistema Recopi”. João Winand explicou que atualmente, os esforços estão direcionados no aperfeiçoamento do sistema e no desenvolvimento de ferramentas de análise de indicadores e monitoramento das atividades do setor.

“Em breve, se mantido o interesse dos demais estados, São Paulo apresentará ao Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) a proposta de implantação do Recopi em âmbito nacional, compartilhando a experiência e modelo de implantação em nosso Estado”, afirmou. Winand ressaltou ainda a participação das entidades do setor na construção do sistema. “Através da Andipa e de outras entidades representativas, foram apresentadas críticas e propostas que permitiram o aperfeiçoamento da legislação e a realização de melhorias na implantação e na funcionalidade do sistema”.

Andipa tem novo executivo e nova sede

Com o objetivo de otimizar a gestão e alavancar as atividades da Andipa, o Conselho Diretor aprovou a contratação de um Presidente Executivo para administrar a rotina da entidade e a mudança da sede para uma localização que favoreça a logística operacional. Com as alterações, a Associação se prepara para 2011, visando fortalecer sua atuação nas questões relevantes para o setor de distribuição de papel.

A contratação de um Presidente Executivo — prevista no Artigo 14, Parágrafo Primeiro, do Estatuto da Entidade — foi formalizada em novembro. Para o cargo, a Associação convidou Vicente Amato Sobrinho, empresário do setor papelheiro com experiência na gestão de entidade de classe, há 15 anos na presidência do Sinapel – Sindicato Nacional do Comércio Atacadista de Papel e Papelão. Inicialmente, a contratação é por seis meses e será mantida de acordo com a conveniência, avaliada pelo Conselho Diretor. “Venho colocar minha experiência a serviço da Andipa”, afirmou Vicente Amato Sobrinho aos associados na reunião de dezembro.

A decisão de mudar a sede da Associação facilita a atuação da presidência, diretoria e equipe, além de representar redução dos custos inerentes ao imóvel. A nova sala foi estrategicamente escolhida no mesmo prédio onde está sediado o Sinapel, “para aproveitar a sinergia entre as duas entidades”, como explica o presidente da Andipa, Vitor Paulo de Andrade. Desta forma, a Andipa deixa a Vila Olímpia e vai para a Praça Silvio Romero, no bairro do Tatuapé, mudança prevista para ocorrer até o início do ano, quando deve ser concluída a reforma necessária no espaço.

O Conselho Diretor também aprovou a rescisão do contrato de prestação de serviços com o escritório de advocacia que acompanhava as reuniões e orientava as decisões e escriturações da Associação. A partir de agora, alguns destes serviços serão incorporados pela equipe administrativa, como a lavratura e registro das atas, e o trabalho jurídico será contratado esporadicamente, quando as ações e decisões da diretoria demandarem orientação de um profissional do Direito.

Trabalho e confraternização

Os associados da Andipa participaram da última reunião do ano que discutiu as questões atuais e as ações da Associação para 2011, realizada no dia 02 de dezembro, na sede da Federação do Comércio em São Paulo. Ao final, os associados e alguns convidados foram recebidos no coquetel de confraternização oferecido pela Andipa, para celebrar mais um ano de atividades associativas que se finda e renovar as expectativas e união para o ano novo.

O presidente da Andipa, Vitor Paulo de Andrade, abriu a reunião lembrando que 2010 foi um ano de muitas mudanças estruturais no setor e enfatizando o anseio da diretoria de que 2011 seja um ano melhor para o setor. “O que queremos é o melhor para o distribuidor, dentro da legalidade. E esse é o foco da Andipa”, completou.

No encontro, foram apresentadas aos associados as ações implementadas na Associação e os projetos para o ano que vem, como a realização de eventos e a mobilização em prol da redução de impostos como ICMS e de Importação, assuntos que estão sendo cuidadosamente avaliados pela presidência e diretoria.

Tema que praticamente predominou a pauta do encontro, as ações de controle e fiscalização para coibir o desvio de finalidade do papel imune devem continuar em foco no ano que vem. “Não vamos conseguir resolver o problema definitivamente com uma única ação”, afirmou o presidente da Andipa, acrescentando que deve-se obter avanços pontuais através de iniciativas em diversas frentes.

Os associados presentes apoiaram a proposta da diretoria de que uma destas frentes seja o trabalho de conscientização do setor gráfico, que são os clientes da distribuição, para o uso adequado da nota fiscal eletrônica, seu poder de controle sobre as operações e os riscos que incorrem as empresas quando não observam o rigor de sua aplicação. Com isso, ficou acordado que a Andipa envolverá as entidades dos gráficos e fabricantes, Abigraf e Bracelpa, para divulgação de uma série de comunicados para difundir os controles da nota fiscal eletrônica e do Recopi junto às empresas do setor, em especial a indústria gráfica.

A eficácia da aplicação das novas exigências da Secretaria de Fazenda para as empresas de São Paulo, através do Recopi, divide a opinião dos associados. Alguns partilham da avaliação da diretoria da Andipa e consideram que o ideal seria trabalhar pela nacionalização do sistema paulista, que tem como foco a compra e o estoque de papel imune, buscando controle preventivo para coibir os desvios de finalidade. O diretor José Luiz Figueira Junior, da Sulpel Papéis, falou sobre o aumento expressivo do número de empresas que estão se instalando e operando em outros estados, como no sul do país, numa clara tentativa de evitar o controle do Recopi em São Paulo. “A idéia é dificultar ao máximo”, afirmou, defendendo que o sistema paulista seja replicado nos demais estados.

Para outros distribuidores, o controle acessório não trouxe ganho de qualidade e rentabilidade nas operações das empresas sérias. “No caso de o Recopi em São Paulo ser irreversível, não concordo com a expansão”, defende Wolf Schön, da Vivox Distribuidora, avaliando que pode ser feito um controle mais eficaz através da nota fiscal eletrônica e da DIF-papel imune, informações que já estão disponíveis aos órgãos públicos de fiscalização, inclusive com histórico dos últimos anos.

O presidente da Andipa, Vitor Paulo de Andrade, concorda que a atuação fiscal não é a ideal, mas considera que é a possível e não vê recuo. Segundo ele, por mais legítimos que sejam os argumentos, se o setor for contra e decidir trabalhar por mudanças mais profundas na legislação as chances de sucesso são praticamente nulas. “O ‘rolo’ acontece de várias formas em diferentes momentos. Vamos tentar resolver aquilo que nos envolve, que já é bastante difícil”, defende o presidente, apostando que o processo de conscientização pode trazer melhores resultados, enquanto se completam e aprimoram os controles via nota fiscal eletrônica.

Nota fiscal eletrônica, caminho seguro da legalidade

Receptador ou portador de boa-fé? As definições são distintas e coloca de um lado quem pratica ou é conivente com ilícito, e de outro aquele que é vítima de algum esquema criminoso. É fato, que juridicamente há muita discussão. Mas, também é notório que operacionalmente o risco é grande e implica em prejuízos certos, sejam culpados ou inocentes.

A linha que separa as duas práticas e conceitos é muito sutil e frágil diante das tecnologias disponíveis para a fiscalização e controle, que já são empregadas nas diferentes esferas fiscais. Um exemplo é o controle da Receita Federal sobre os contribuintes individuais, não se limitando às informações prestadas nas declarações de imposto de renda e buscando dados das movimentações bancárias e comerciais, como do cartão de crédito. Desta forma, muitos que antes ficavam à margem da fiscalização, hoje são chamados a prestar contas e quitar dívidas tributárias de operações não-declaradas ou escusas.

Nas atividades empresariais, a tecnologia é aliada estratégica em todas as etapas - da produção ao pós-venda. Neste caso, as ferramentas tecnológicas são ainda mais relevantes para o controle fiscal e a arrecadação, por envolver grandes operações e montantes e ter forte impacto sobre a economia, seja local, estadual ou nacional.

No setor de papel, a prática do desvio de finalidade do papel imune é um risco iminente, mesmo para aqueles que seguem com rigor as normas. Conforme se aprimoram as ferramentas de controle, também vão se adaptando as formas de burlar as regras. Com isso, o papel que sai da indústria ou é importado como imune para fins editoriais é transformado no meio do caminho e recebe uma nota fiscal de papel comercial para chegar ao seu destino final, que são as gráficas e editoras.

Por isso, não basta checar a documentação da empresa no momento da compra, é preciso certificar-se de que se trata de empresa idônea que não vai desaparecer do mercado em alguns meses e ressurgir depois com outro nome e outros sócios. Ou ainda, que não vá vender com nota fiscal de Simples de outros estados, ou mesmo com nota fiscal eletrônica, não vai cancelar o documento fiscal no sistema após a entrega, por exemplo.

Se ignorar o ilícito na comercialização do papel que adquire, mesmo amparado por uma aparente legalidade na operação, o comprador pode deixar de ser portador de boa-fé e responder como corresponsável pelo imposto não recolhido. Isso considerando que o preço praticado seja compatível com o mercado, pois se ficar caracterizado que o papel foi adquirido por valor inferior, o fisco pode entender que houve favorecimento na operação e a justificativa de portador de boa-fé fica ainda mais difícil de ser sustentada.

Para a Associação Nacional dos Distribuidores de Papel, este cenário está muito claro e a implantação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) nos serviços gráficos representa um marco importante para favorecer aqueles que seguem a legalidade. A partir de agora, o ciclo do papel está fechado e pode ser controlado pelas secretarias e órgãos de fiscalização e controle em todas as etapas de comercialização.

Apoiadora do controle rígido do Estado nas operações incentivadas, a Andipa está promovendo a conscientização da cadeia do papel para este novo cenário, que além de maior rigor fiscal, também implica que cada empresa assuma as responsabilidades de suas operações. “Não basta que a empresa fornecedora ou consumidora aparente ser legal. É preciso que seja legal!”, enfatiza o presidente da Andipa, Vitor Paulo de Andrade, acrescentando que há indícios de empresas fictícias, criadas para durar alguns meses e desaparecer quando forem acuadas pela fiscalização.

Para alertar as empresas, em especial as gráficas e editoras que têm maior capilaridade e estão mais sujeitas as abordagens de agentes mal-intencionados, a Andipa faz um apelo para o uso exclusivo da nota fiscal eletrônica – que já é obrigatório para toda a cadeia do papel – seguindo as normas de segurança como a checagem da NF-e no sistema, além do recebimento do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) que acompanha o produto. Para a Andipa, estes cuidados podem revelar indícios de ilegalidade e evitar que a gráfica ou editora torne-se conivente, corresponsável de um ilícito que não praticou, ficando com o passivo de uma defesa que pode chegar à justiça, além de ter sua imagem maculada.

NF-e chega ao gráfico e engloba toda a cadeia do papel

Desde primeiro de outubro passado, as cerca de 20 mil gráficas de todo o país precisam estar credenciadas junto às secretarias estaduais de Fazenda, para emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Com isso, todo o setor de papel deve obrigatória e exclusivamente utilizar o documento eletrônico em suas operações, sejam de compra ou venda. A implantação da NF-e para contribuintes de todos os portes faz parte de um projeto que envolve os estados e a Receita Federal e deve estar concluído gradativamente a partir de 2011, com a entrada em vigor do Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) e do Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico (DACTE).

“A NF-e como solução é bastante simples e até facilita a operação quando transmite certa confiança e credibilidade ao cliente, mas exige mudança de cultura. Para o governo é uma ferramenta de fiscalização, é um gerador de informação. O CT-e será quem vai analisar esta base de dados”, avalia José Eduardo Cassetari, diretor da Associação Brasileira da Indústria de Formulários, Documentos e Gerenciamento da Informação (Abraform), entidade ligada a Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf).

Segundo Cassetari, para o gráfico formal a adoção da NF-e é uma operação bastante natural, que representa ganho nas operações e automatização para aqueles que investiram em um sistema melhor. Por interpretação da regra, algumas empresas do setor já usam o sistema eletrônico desde setembro do ano passado. “Vemos esse projeto com bons olhos. No aspecto concorrencial, indica tendência de moralização não só do negócio, mas também como um alicerce para a reforma tributária”, explica o empresário que é diretor executivo da Tiliform Informática.

Se do ponto de vista de investimentos e operacionalização, a implantação da NF-e é simples, a mudança de cultura gera um problema na cadeia de negócios e só deve acontecer mesmo quando as empresas sentirem os efeitos da fiscalização. “O governo tem cinco anos para atuar. Com todo o sistema funcionando a fiscalização poderá ser virtual e o fiscal emitir uma multa com base nos arquivos gerados”, alerta Cassetari, constatando que há empresas pagando para ver.

Uma das exigências do sistema eletrônico é a solidariedade, a corresponsabilidade com as práticas e operações dos agentes da cadeia de negócios. O diretor alerta que as empresas têm de se conscientizar da importância da NF-e e atentar para alguns cuidados especiais, como: ter a ciência de que o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) serve para a circulação das mercadorias e não substitui a NF-e; verificar a autenticidade e as informações contidas na nota fiscal através do arquivo XML; dar o aceite, e, não menos importante, adotar definitivamente o hábito de fazer cópias de segurança de suas informações e ser capaz de recuperá-las. “Temos notícias de empresas que fazem seus backups em pen-drive e HD externo”, observa Cassetari, enfatizando a importância de se investir em um bom sistema de automação.

Outro cuidado que as empresas devem ter é fazer sua escrituração fiscal pelo arquivo XML e não pelo DANFE, pois se o documento auxiliar recebido for adulterado ou estiver diferente, a empresa é solidária com seu fornecedor e também vai responder ao fisco. “Já vimos caso em que o DANFE e o boleto estavam de acordo com o negociado, mas o arquivo XML correspondia a apenas 15% do valor”, contou o diretor da Abraform, citando exemplo de operação ilegal que pode trazer bastante dor de cabeça para os desavisados de boa-fé.

■ Importação de papel cresceu 49%

As importações de papéis de imprimir e escrever cresceram mais que a produção e a venda doméstica dos fabricantes nacionais, nos primeiros dez meses deste ano, quando comparadas ao mesmo período de 2009. A entrada de papéis entre janeiro e outubro passou de 404 mil toneladas no ano passado para 603 mil toneladas em 2010, crescimento de 49,3%, conforme relatório Conjuntura Bracelpa - Associação Brasileira de Celulose e Papel.

Já os números da indústria nacional apresentaram percentuais de crescimento bem mais modestos. De acordo com a mesma publicação, a produção de papéis de imprimir e escrever foi 4,5% maior, passando de 2131 mil toneladas para 2226 mil toneladas no período analisado. Deste total, a fatia destinada ao mercado doméstico este ano teve expansão de apenas 1,9% sobre as 1290 mil toneladas vendidas entre janeiro e outubro de 2009, somando 1315 mil toneladas.

Com mais papéis importados ocupando o mercado nacional, os fabricantes direcionaram suas vendas à exportação. Conforme divulgado pela Bracelpa, os embarques de papéis de imprimir e escrever aumentaram

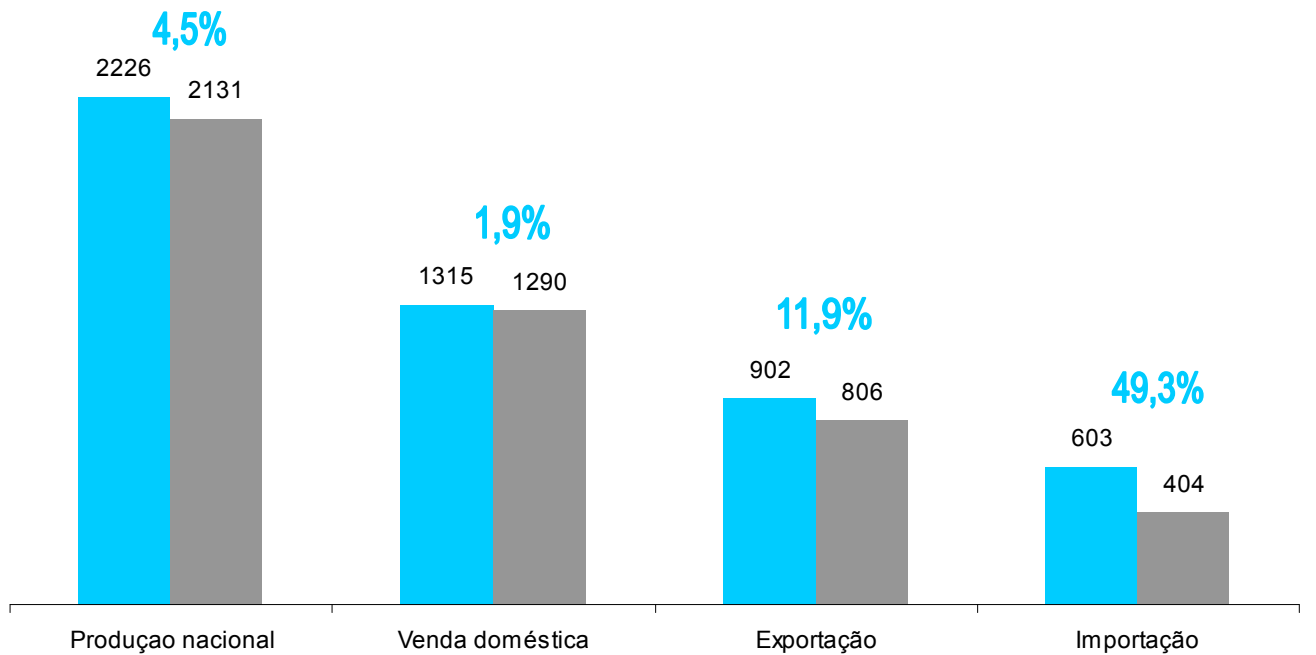
11,9% este ano em comparação com 2009, saltando de 806 mil toneladas para 902 mil toneladas na parcial de janeiro a outubro.

Consumo

Pela prévia até outubro, o consumo aparente brasileiro aumentou 11,45% este ano em relação a igual período de 2009. De acordo com dados da indústria, considerando a produção mais as importações e descontada a exportação, o mercado interno absorveu 1927 mil toneladas de papéis de imprimir e escrever em dez meses deste ano, o equivalente a 198 mil toneladas a mais que em igual período de 2009.

No acumulado anual, a expectativa é que o consumo de 2010 supere as 2121 mil toneladas do ano passado. Olhando a série histórica da última década, o crescimento do mercado nacional para estes tipos de papéis foi da ordem de 20% e, mesmo com oscilações positivas e negativas ao longo do período, passou de 1758 mil toneladas em 2000 para 2121 mil toneladas no ano passado.

Papéis de Imprimir e Escrever - janeiro a outubro (em 1000 tons)

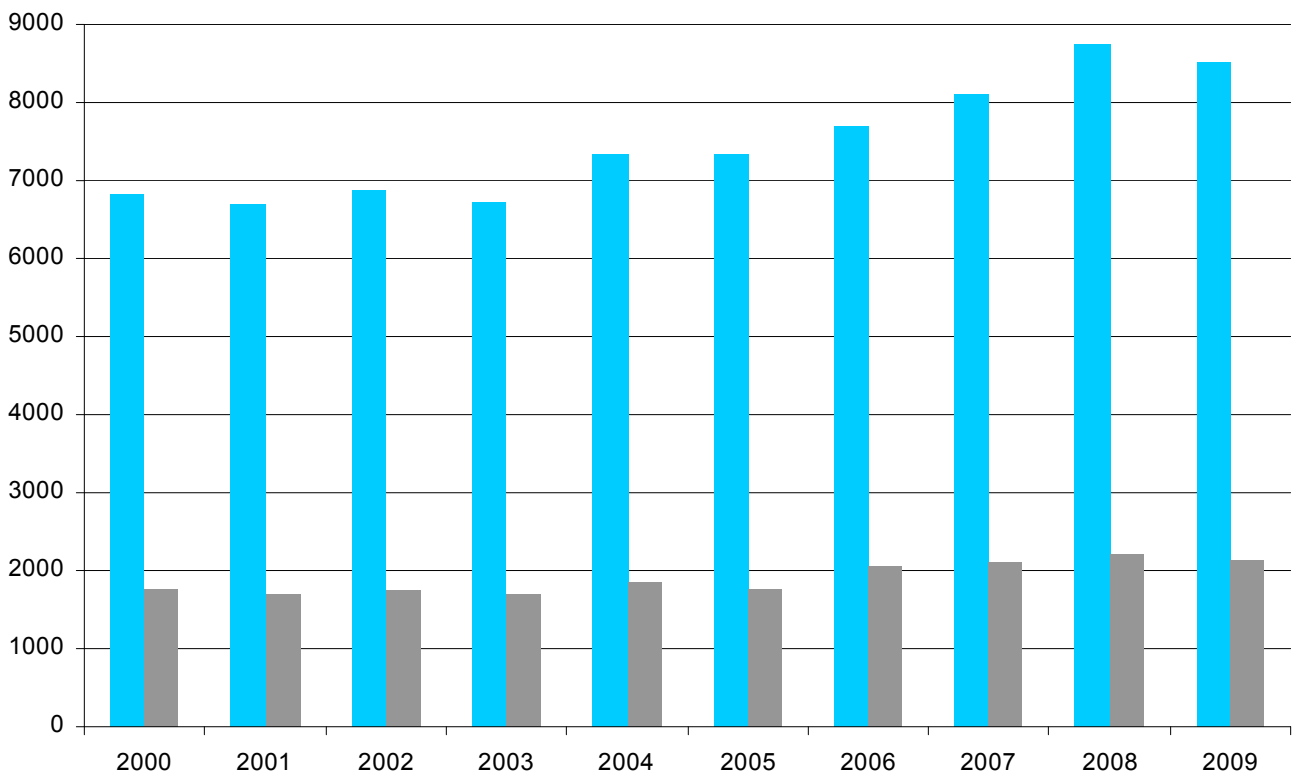


Percentual de crescimento no período

Fonte: Conjuntura Setorial Bracelpa / N° 24 – Novembro 2010

■ 2010 ■ 2009

Consumo aparente de papel no Brasil (anual)



Fonte: Conjuntura Setorial Bracelpa / N° 24 – Novembro 2010

■ Papel - total ■ Imprimir e Escrever

■ Importação supera em até 67% volume de 2009

Em onze meses, as empresas brasileiras importaram mais papel este ano do que no período de janeiro a dezembro de 2009. O maior crescimento foi na importação de LWC, que somou 111,7 mil toneladas de janeiro a novembro de 2010, 45 mil toneladas a mais que no mesmo período do ano passado e 38 mil toneladas a mais quando comparado a importação anual, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Dentre os papéis acompanhados pelo NewsPaper, o de imprensa foi o que apresentou maior volume, com a importação de 430,3 mil toneladas este ano, 31,7% a mais que nos onze meses de 2009 e 62,3 mil toneladas acima do total internalizado no ano. Com isso, o total de 2010 deve ficar mais próximo das 511,5 mil toneladas apuradas pela Secex em 2008.

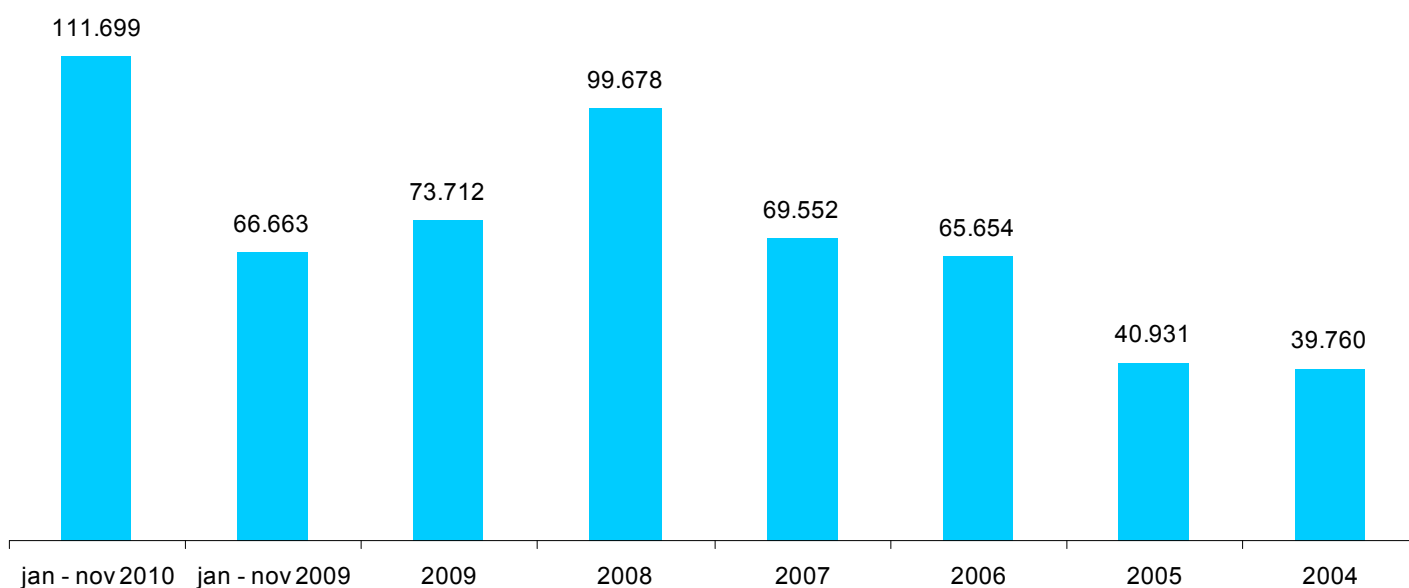
As quatro NCM's que compõem o grupo dos papéis couché somaram 327,7 mil toneladas até novembro, 53,44% mais que as 213,6 mil toneladas importadas no mesmo período de 2009. O desempenho deste ano já é o

maior da última década, superando em 40% o registrado no ano todo de 2009 e em 33,9% o total de 2008, quando entraram no País 244,7 mil toneladas de couché.

O levantamento da Secex mostra ainda importação recorde também entre os cinco tipos de offset em bobinas e folhas. Pelo acumulado de janeiro a novembro, entraram no mercado brasileiro 95,8 mil toneladas destes papéis, 19,92% mais que as 79,9 mil toneladas do igual período no ano passado, também ultrapassando as 87,4 mil toneladas apuradas nos doze meses de 2009.

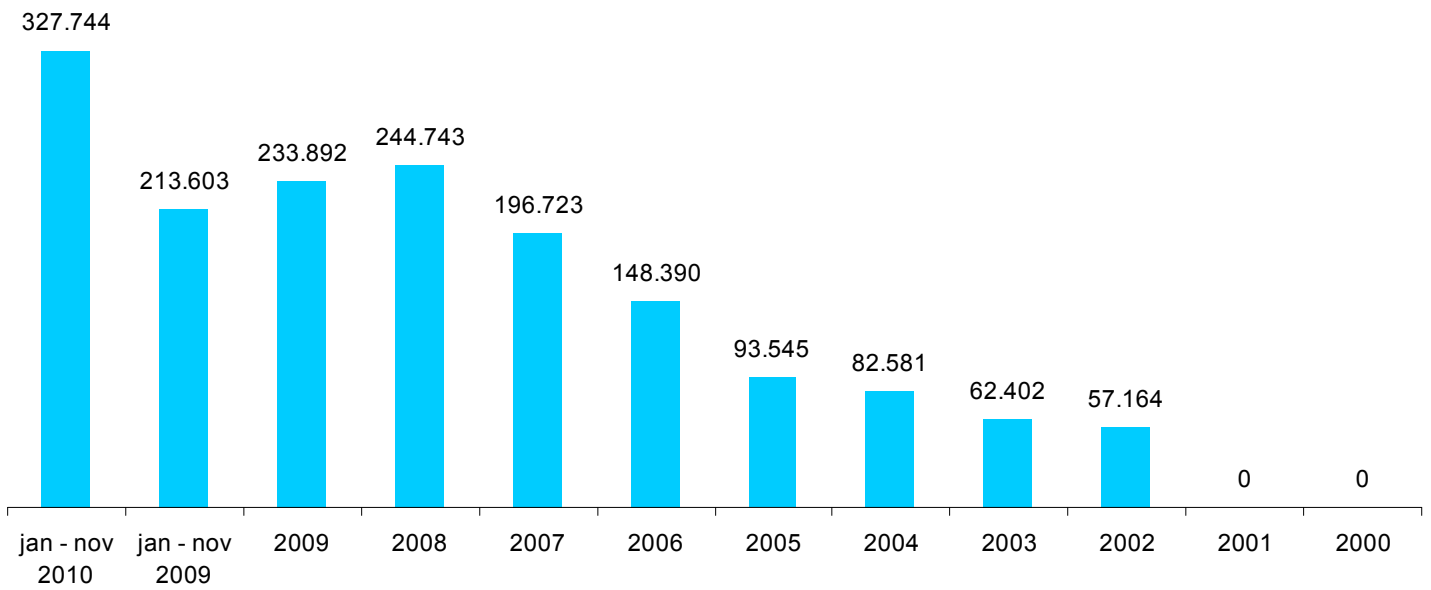
Dentre os seis grupos de papéis que compõem a carteira de importação do setor distribuição, dois apresentaram desempenho aquém dos demais, em especial por terem produção nacional suficiente para atender as demandas do mercado brasileiro. O papel cartão manteve a média do ano, somando 22,6 mil toneladas, apenas 6,73% mais que nos onze meses de 2009. No cut size, o volume importado neste ano foi de 18,3 mil toneladas, ou seja, 5,53% menos que as 19,4 mil toneladas apuradas pela Secex entre janeiro e novembro do ano passado.

Importação LWC (em tons)



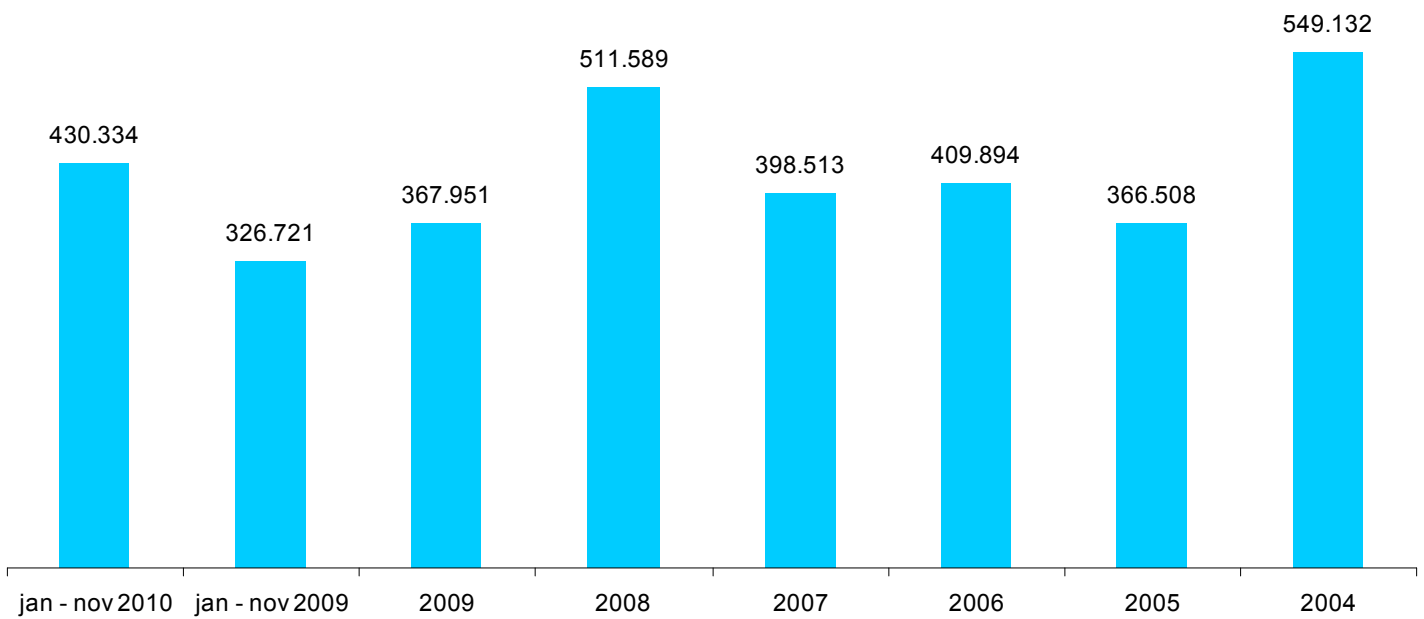
Fonte: Secex / MDIC

Importação couché (em tons)



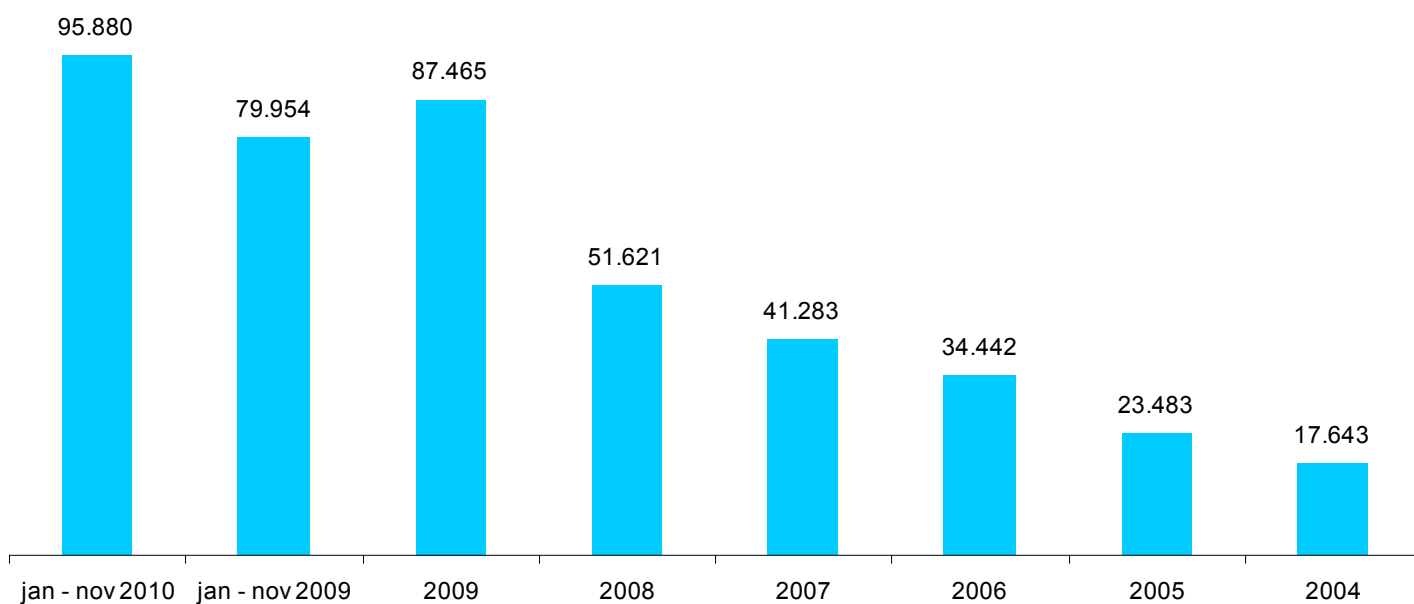
Fonte: Secex / MDIC

Importação jornal (em tons)



Fonte: Secex / MDIC

Importação bobinas e folhas (em tons)



Fonte: Secex / MDIC